

11 NOV 1991

Pagar para Ver Economia - Brasil

JORNAL DO BRASIL

Os números apresentados pelo ministro da Economia aos empresários reunidos na sede da CNI, no Rio, mostram uma situação menos desfavorável. As exportações retomaram o ritmo depois da mididesvalorização, o dólar paralelo voltou ao ponto de partida e a inflação perdeu a curva ascendente, graças à manutenção do aperto nas políticas fiscal e monetária (com alto saldo fiscal e expansão da moeda abaixo da inflação).

A privatização avança. A abertura do comércio exterior prossegue em janeiro. A reforma fiscal programada para 1992 prevê a arrecadação de 3% do PIB e superávit orçamentário. Ao mesmo tempo, o país está próximo de um acordo com o FMI, o que facilita a renegociação da dívida e a retomada do fluxo de recursos externos ao país. Diante disso, como entender o pânico empresarial com o rumo dos negócios?

O próprio ministro da Economia, embaixador Marcílio Marques Moreira tem uma explicação: os empresários brasileiros, condicionados por mais de duas décadas de indexação (e repasse impune dos preços para a cadeia seguinte da produção e do consumo), resistem por todas as formas a qualquer medida que os force à redução dos preços. Como a manutenção da política monetária de dinheiro curto e juros altos.

Para o ministro, o Brasil estaria atravessando uma bolha de expectativas pessimistas disseminada por alguns setores empresariais que apostaram pesado no aumento do faturamento com o crescimento do consumo a partir da liberação dos cruzados novos em 15 de setembro.

Como o governo detectou uma forte remarcação de preços em junho e julho, em seguida ao fim do tabelamento, o Banco Central tomou medidas para desestimular os saques dos cruzados. Em consequência, algumas indústrias e o comércio varejista que concentram boa parte de suas vendas nos meses de novembro e dezembro, ficaram esto-

cados além dos limites aconselháveis e estão tendo dificuldades para se financiar na rede bancária devido aos juros reais mantidos pelo governo, justamente para forçá-los a desovar os estoques e a baixar os preços.

Empresários estocados andaram circulando boatos de que viria algum pacote pela frente. A retirada do Banco Central do especulativo mercado de ouro deu pretexto à criação de um clima artificial de pânico, como se a hiperinflação tivesse batido às portas do país. Ela não veio, e o governo teve tranquilidade para administrar a tormenta.

Agora, o governo espera que os empresários tenham se convencido definitivamente que não estão em gestação, medidas mirabolantes para mudar o quadro econômico. Mais do que os empresários, é importante que os consumidores se convençam disso e não se precipitem nas compras ou em aplicações financeiras arriscadas e desnecessárias. Quem saiu da segurança da caderneta de poupança para o arriscado mercado do dólar paralelo se deu muito mal e está até hoje calculando os prejuízos.

Diante da injeção de uma nova parcela de cruzados novos e o início do pagamento do 13º salário — as próximas três semanas serão decisivas na queda-de-braço que o governo trava com os empresários para quebrar as suas expectativas inflacionárias. O ministro gostaria que o consumidor refletisse e soubesse dar valor ao seu dinheiro. Logo, os empresários estocados ficariam sem gás e acabariam apressando as liquidações para baixar os preços e fugir dos altos juros bancários.

Se a situação cambial fosse mais confortável, o governo anteciparia a redução das alíquotas sobre os produtos importados prevista para janeiro. Saindo o acordo com o FMI, e assegurados recursos ao país, a concorrência do produto importado será um aliado do consumidor para forçar a indústria nacional a produzir melhor e mais barato.